

FORMALIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Luan Vinicius Bernardelli

Professor colaborador na Universidade Estadual do Paraná (Unespar).

E-mail: <luanbernardelli@gmail.com>.

Gustavo Henrique Leite de Castro

Pesquisador no Núcleo de Economia Regional e Urbana da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: <gustavocastro@usp.br>.

José Rodrigo Gobi

Pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Estadual de Maringá (UEM); e bolsista de doutorado no Programa de Pós-Graduação da UEM.

E-mail: <joserodrigogobi@gmail.com>.

Ednaldo Michellon

Professor associado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE) da UEM.

E-mail: <emichellon@uem.br>.

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; diretor de programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio da Universidade de Brasília (Propaga/UnB).

E-mail: <jose.eustaquio@agricultura.gov.br>.

A partir da década de 1950, a agricultura brasileira entrou em um processo de transformação chamado de modernização agrícola. Passou-se de uma agricultura tradicional, intensiva em mão de obra, para a agricultura mecanizada e intensiva em capital, baseada em ciência e tecnologia.

A modernização no campo possibilitou diferentes benefícios para a produção agrícola, como aumento da produtividade, redução dos custos de produção e ampliação da qualidade nos produtos. Entretanto, o crescimento da produção e da produtividade também gerou algumas distorções demográficas e econômicas, como êxodo rural, desigualdade de renda, pobreza e instabilidade no trabalho.

Em relação ao mercado de trabalho, embora existam questões negativas sobre a modernização agrícola, há diversas evidências de que a modernização tem um efeito positivo para o aprimoramento do mercado formal de trabalho no campo. Os dados dos censos agropecuários e da Relação Anual de Informações

Sociais (RAIS) mostraram que, de 2006 a 2017, embora o número de ocupações totais no campo tenha reduzido de 16,7 milhões para aproximadamente 15 milhões de pessoas ocupadas, o número de vínculos formais se elevou de 1,4 milhão para 1,5 milhão, no mesmo período em que o número de máquinas e equipamentos cresceu substancialmente.

A modernização agrícola gera inúmeros benefícios para todos os agentes envolvidos na cadeia produtiva, elevando rendimentos, mecanizando a produção e aumentando a produtividade dos indivíduos. No entanto, por se tratar de um processo de mudança tecnológica, pode gerar concentração produtiva, desigualdade de renda e desemprego, notadamente aos agentes que não forem capazes de adotar a tecnologia.

Diante do exposto, entender o funcionamento do mercado de trabalho formal na agricultura e a sua relação com a modernização no campo é fundamental para a formulação de políticas públicas que possam desenvolver toda a cadeia de produção. Assim, este

texto busca analisar o mercado formal de trabalho na agricultura e sua respectiva associação com a modernização agrícola.

As análises se baseiam em dados coletados da população brasileira referentes a 2017 (RAIS e censo agropecuário), empregando o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) para estudar a relação entre as variáveis.

Os resultados indicam uma forte associação positiva entre o emprego formal, a ocupação total e a renda média com a introdução de máquinas e equipamentos no campo, mesmo controlado por uma série de variáveis econômicas e demográficas. Os resultados encontrados revelam que a formulação de políticas públicas que estimulem a mecanização tende a beneficiar o mercado de trabalho no meio rural como um todo.

É importante observar, contudo, que com o processo de modernização agrícola existe a preocupação decorrente da realocação da mão de obra existente e das desigualdades salariais no campo. Por isso, é importante fornecer meios para que as comunidades rurais tenham acesso a um maior nível de escolaridade, pontos de assistência técnica e extensão rural, bem como de escolas técnicas agrícolas, a fim de contribuir para o combate da informalidade e da desigualdade salarial, uma vez que trabalhadores rurais com maior escolaridade tendem a receber maiores salários. Essa constatação fica evidente ao se perceber uma associação positiva entre nível de escolaridade e trabalho formal, e negativa entre nível de escolaridade e número de ocupações totais.

Por fim, verifica-se a existência de disparidade entre as regiões brasileiras, principalmente na região Nordeste. Dessa forma, faz-se necessário investir em capital físico e humano no campo, para que haja elevação nos rendimentos e no seu nível de ocupação (por exemplo, educação e assistência técnica), sendo esses pontos possíveis alvos de políticas públicas para diminuir as disparidades entre as rendas/empregos rurais e sobre as Grandes Regiões brasileiras.